



REVISTA UNIFICando Saberes

Volume 1, número 1 – 2023

ISSN: XXXX-XXXX

Editor Científico: Maria De Lourdes De Souza Duarte

Avaliação: Melhores práticas editoriais da ANPAD

RATIO STUDIORUM: UM BREVE RETRATO

RONALD LATARULO, UNIFIEO, ronaldmaria98@gmail.com

Maria Regina Chirichella, UNIFIEO, 03233@unifio.br

Ygor Alexsander Patti, UNIFIEO, 3572@unifio.br

RESUMO

Nesse artigo serão apresentadas algumas das metodologias usadas dentro dos Colégios da Companhia de Jesus e a formação histórica de um documento que possibilitasse a orientação das atividades escolares - *Ratio atque Intitutio Studiorum Societatis Iesu* - desenvolvidas pela Ordem dos Jesuítas e que exerceu influências educacionais e culturais na Europa e além-mar durante os séculos XVI, XVII e XVIII. O artigo se empenha em expor historiografias de autores como Leonel Franca, Margarida Miranda e Teresa Maria Rodrigues da Fonseca Rosa, ponderando suas pesquisas e interpretando-as, com o objetivo de esclarecer a professores e historiadores as bases do sistema educacional jesuítico.

Palavras-chave: Ratio Studiorum, Jesuítas, História da Educação, Humanismo, História Renascentista.

Data de recebimento: 01/06/2023

Data do aceite de publicação: 30/06/2023

Data da publicação: 30/06/2023

RATIO STUDIORUM: A BRIEF PORTRAIT

ABSTRACT

In this article will be presented some of the methodologies used within the Colleges of the Society of Jesus and the historical formation of a document that would enable the orientation of school activities - *Ratio atque Intitutio Studiorum Societatis Iesu* - expression of the practical activities exercised by the Jesuit Order - which obtained and exerted educational and cultural influences in Europe and overseas during the sixteenth centuries, XVII and XVIII. The article strives to expose historiographies of authors such as Leonel Franca, Margarida Miranda and Teresa Maria Rodrigues da Fonseca Rosa, pondering their research and interpreting them, with the aim of clarifying to teachers and historians the bases of the Jesuit educational system.

Keywords: Ratio Studiorum, Jesuits, History of Education, Humanism, Renaissance History.

INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é o de apresentar a significativa importância do documento *Ratio Studiorum* para a história da educação, enquanto documento e enquanto prática de ensino não só na Europa, mas também nas colônias além-mar como no Brasil, que era uma extensão do território português. Considerando que expor o documento final, datado de 1599, e seus aspectos históricos e sua estrutura educacional de maneira “resumida” seria um reducionismo, pois pode gerar problemáticas de ordem histórica e metodológica, o recurso aplicado foi selecionar os principais aspectos desse extenso documento e de sua metodologia e comentá-lo à luz de uma narrativa clara e breve, possibilitando fugir de uma simples redução ou resumo do que foi/é o *Ratio Studiorum*. Inicialmente será apresentada a origem do plano de ensino dos Jesuítas. Para tanto baseia-se em autores de renome como; Leonel Franca - Fundador da PUC-Rio -, Margarida Miranda - que desenvolve atividade investigativa nas áreas da Cultura Clássica, Latim e Estudos Neolatinos na Universidade de Coimbra - e Teresa Maria Rodrigues da Fonseca Rosa - pesquisadora do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Em seguida, em método e essência do *Ratio* esclarece-se em que consiste o documento e suas características. a interpretação do documento permite esboçar o que seria aplicação do *Ratio Studiorum*, possibilitando quebrar certos preconceitos e esclarecendo determinadas metodologias, que foram no decorrer dos anos compreendidas e aplicadas de maneira equivocadas. Sendo assim, as páginas que se seguem podem possibilitar uma introdução ao

estudo da Educação que tornou o Renascimento Grego/Romano dinâmico, possibilitando nascer grandes nomes da intelectualidade dos séculos XVI, XVII e XVIII.

1 A ORIGEM DO RATIO STUDIORUM

Para além de sua construção histórica até sua edição definitiva datada do ano de 1599, o *Ratio Studiorum* possuía em si uma carga arraigada numa tradição de educação europeia, uma vez que não buscou uma nova metodologia ou pedagogia. A Companhia de Jesus, ao longo dos anos de construção do ensino, “não pretenderam romper com as tradições escolares vigentes nem mesmo trazer-lhes contribuições inéditas” (FRANCA, 2019, p. 29). A construção mesma dessa pedagogia estava para além dos anos de 1548 – fundação do Colégio de Messina – a 1599, pois assumiu o pressuposto de herança educacional:

Era assim que Inácio justificava a clara opção feitas nos seus colégios por uma paideia humanística: no pressuposto de que sem um sólido fundamento nas letras clássicas – na língua de Cícero e de Virgílio, mas também na língua de Platão e de Aristóteles e do próprio Novo Testamento – não se podia avançar no estudo das outras disciplinas. No pressuposto também de que o esquecimento das litterae humaniores arrastaria os homens para a barbárie. (MIRANDA, 2001, p. 95)

Logo, sua essência pedagógica não estava delimitada ao momento de sua execução por parte dos jesuítas, e sim por uma linha de aplicação anterior a eles. Em suma, a assimilação da própria culturalidade medieval e clássica, tomando por sua a linguagem outrora considerada universal quer seja, o Latim -, visto ser esta a própria língua do Antigo Império Romano e da Instituição mais antiga existente na Europa – a Igreja Católica Apostólica Romana –, fica claro que as raízes do antigo mundo influenciaram uma educação que partilhava da tradição e estava disposta a levá-la a outros povos.

Tendo como conceito a utilização da educação para atingir o fim último de suas almas e, conseqüentemente, a solidificação das virtudes, foi prevista na Constituição da Companhia de Jesus, em 1544, que teve sua promulgação autorizada pelo Papa Paulo III, no documento *Iniunctum Nobis*. Inácio de Loyola, seu fundador – a formação de seus integrantes para que eles pudessem ser capazes de transmitir conhecimento adequado nos diversos lugares que estivessem. Para tanto, “devem-se procurar os graus de instrução e o modo de utilizá-la para ajudar a melhor conhecer e servir a Deus nosso Criador e Senhor” (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 115). Sendo assim, os estudos e instruções eram custeados pela própria Companhia, “Para

isso a Companhia funda colégios e também algumas universidades” (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 115).

Portanto, a educação fundamentava-se em uma ampla base de seu pensamento na Metafísica Aristotélica Tomista que, nos aspectos filosóficos, o Humano é um Ente enquanto participa do Ser, pois o Ente necessita dessa participação para existir, sendo o Ser aquele que é, ou seja, Deus. Uma vez que o Ente está ordenado ao Ser, logo a causa final do Ente - ser humano - se encontra em Deus; porém ele deve ser conduzido e instruído para isso. Assim considerado, professores e padres da Companhia tinham como missão instruir os indivíduos a essa busca. Com isso, a necessidade eminente de um código ou documento que orientasse todos os estudos da Companhia, para que pudessem possuir a formação adequada dentro dos colégios que possibilitasse tratar de assuntos que fossem para além da Catequese e usufríssem de uma Retórica, e de conhecimento Filosófico e Científico com precisão e rigor.

Deve-se anteceder à apresentação da edição definitiva de 1599 do *Ratio*, o trilha histórico de sua formação que se inicia no Colégio de Messina, em 1548. , – colégio localizado na cidade italiana de Messina, na região da Sicília – o primeiro colégio, segundo Leonel Franca (2019), dito clássico da Companhia de Jesus descrito como plenamente organizado. Inácio de Loyola direcionou para reitor do Colégio de Messina, o Padre Jerônimo Nada.

Considera-se que a primeira instituição de educação jesuítica, fundada na cidade italiana, tornou-se um grande sucesso e sua expansão foi necessária, “dizia-se haver os pais averiguado que os seus filhos, em poucos meses de novo colégio, tinham aprendido mais que antes, em vários anos” (FRANCA, 2019, p. 12). Dada a experiência no colégio, o Padre Nadal durante seu reitorado, 1548 a 1552, pode, ao longo dos anos, arquivar resultados e escritos. Como consequência, gerou o primeiro plano de estudos da ordem jesuítica, datado de 1551, designado com o título *De Studio Societatis Iesu et Ordo Studiorum*.

O *De Studio Societatis Iesu*, segundo Teresa Maria Rodrigues da Fonseca Rosa, “é considerado como o núcleo do futuro Ratio de Aquaviva de 1599” (ROSA, 2015, p. 71), ou seja, a edição definitiva. A mesma salientou as características desse plano de estudos, que esboça conceitos fundamentais da pedagogia jesuítica que, posteriormente, foi aplicada em todos os colégios da Companhia, destacando que “O Ratio de Nadal procurou harmonizar três níveis de formação: religiosa, de caráter e escolar” (ROSA, 2015, p. 72).

O aspecto que influenciou a organização e a estrutura dos Colégios jesuíticos e a própria educação foi o *Modus Parisiensis* integrado primeiramente no Colégio de Messina devido ao seu quadro de Professores – escolhidos pelo fundador que estudou na Universidade de Paris -,

pois [...]“Com exceção de Canisio, que estudara na Universidade de Colônia, os demais se formaram em Paris” (FRANCA, 2019, p. 12).

Tendo como preferência o modelo da Universidade de Paris, devido à sua organização e estrutura que favoreciam o desenvolvimento erudito e a ordem social, uma vez que:

Típico do *Modus Parisiensis* é a definição de funções das distintas autoridades. Regras e mais regras detalhavam as atribuições de cada um dos responsáveis e o modo de cumpri-las. Os Jesuítas serão fiéis tributários desta tradição parisiense de origem medieval. (STORCK, 2015, p. 144).

Observa-se que Inácio tinha uma certa predileção ao *Modus Parisiensis*, referindo-se a ele como alma ‘mater parisiense’. (FRANCA, 2019). Por ter tido a oportunidade de conhecer a estrutura e o funcionamento de diversas universidades europeias entende-se que, “Entre todas optou, decididamente, pela de Paris e manteve com energia e constância a sua preferência contra resistências.” (FRANCA, 2019, p. 31). Conforme a ideia assumida pelos jesuítas em aplicar o método de Paris, a princípio, em um Colégio Siciliano, foi segundo as perspectivas uma experiência de grande valia e sucesso, averiguada pelos comentários já anteriormente citados uma experiência que acompanhou a estrutura do *Ratio* até sua edição final.

Referente ao documento “*De Studiis Collegii Romani*” ou “*De ratione et ordine Studiorum Collegii Romani*” escrito para conduzir os estudos do Colégio Romano – tendo como reitor Nadal e como Prefeito de Estudos Diego Ledesma – existem historiografias que, embora diverjam entre si, apontam para uma possível convergência.

Em uma primeira interpretação, Margarida Miranda (1996) descreve que o documento foi transcrito no ano de 1558 – mesmo ano que se realizava a 2ª Congregação Geral da Companhia -, e atribuído ao padre Nadal na época. A autora ressalta que, a partir das pesquisas realizadas em 1996, passou a ser considerado uma elaboração feita pelos professores do Colégio Romano, afirmando que Nadal já fazia parte do corpo docente no período.

Na segunda interpretação, o Padre Leonel Franca (2019) transcreve que durante os anos de 1552 e 1557 Nadal exerceu a função como delegado de Inácio de Loyola para explicar e promulgar as Constituições, percorrendo quase toda a Europa. Chegou ao Colégio Romano em 1557 para cumprir a função de Prefeito de Estudos até 1559; nos anos de 1564 a 1566 exerceu a função de Reitor e, nessa época, graças à experiência adquirida reviveu o plano de Estudos, escrito em Messina, e elaborou uma nova *Ordo Studiorum*. Posteriormente, o padre aponta que Ledesma – enquanto Prefeito de Estudos – deveria continuar o trabalho de Nadal, apontando que dos 132 documentos publicados no *Monumenta Paedagogica*, 59 foram escritos por ele, obtendo desse imenso trabalho o *De ratione et ordine Studiorum Collegii Romani*, com a intenção de servir de norma para todos os Colégios.

A terceira interpretação, realizada por Teresa Maria Rodrigues da Fonseca Rosa (2015), não cita o nome de Nadal ao se dirigir à transcrição do documento norteador da Educação do Colégio Romano e aponta como redator o Padre Ledesma, no ano de 1564, enquanto ele era Prefeito de Estudos. Complementa que o escrito foi de grande inspiração para o *Ratio* de 1586 e concorda com Franca (2019) sobre a elaboração de um documento comum a todos os colégios da Companhia.

Em suma, as interpretações acima apresentadas levam a compreender que o nome do Padre Nadal, inicialmente, aparece devido sua importância dentro da Companhia. Durante seu reitorado (1564 - 1566), Nadal e o Padre Ledesma, (Prefeito de Estudos em 1564) trabalharam para a elaboração *De Studiis Collegii Romani*, desenvolvido ao longo da experiência de ambos. Deve-se considerar, também, que Ledesma se juntou ao quadro de professores em 1557, mesmo ano em que Nadal se tornou Prefeito de Estudos (FRANCA, 2019). Observa-se que ambos tinham como desejo elaborar um plano de estudos que pudesse ser comum a todos os Colégios da Companhia. Desejo esse que não ocorreu através desse documento, visto que:

“A diversidade dos costumes regionais e a variedade dos homens não tardaram em introduzir-lhes alterações mais ou menos profundas [...] Acentuava-se, de dia para dia, imperiosa e inadiável, a necessidade de um Código de ensino que se impusesse com a autoridade de uma lei e assegurasse a semelhança e a unidade de orientação da crescente atividade educativa da Ordem.” (FRANCA, 2019, p. 18)

No ano de 1581, o Padre Cláudio Acquaviva é eleito Geral da Ordem. Nesse mesmo ano é constituída uma primeira comissão para elaborar uma fórmula de estudos, que não vingou. Acquaviva, em 1582, nomeia uma nova comissão composta por seis integrantes. Contudo, os nomes desses seis integrantes divergem nas historiografias apresentadas por Franca (2019) e Rosa (2015).

A comissão de 1582 iniciou seus trabalhos em 1584 e encerrou um ano depois (1585). Sua fórmula foi feita e enviada para uso interno em 1586 para todas as províncias da Companhia, a fim de ser examinada e avaliada por cinco Padres doutos (ROSA, 2015) que deveriam emitir um relatório de cada uma das regiões. Por fim, “os críticos convergiam quase unanimemente sobre dois pontos importantes: a imprecisão e a prolixidade da fórmula examinada” (FRANCA, 2019, p. 22). Após receber os relatórios foi formada uma nova comissão a fim de revisar o documento e acertar os problemas que estavam evidentes.

Em 1592, uma nova edição com o título “*Ratio atque Instituto Studiorum, Romae, um Collegio Soc. Iesu, anno Domini, 1591*”, “Acquaviva determinou que este fosse aplicado e avaliado nos Colégios durante três anos” (ROSA, 2015, p. 74) para que houvesse uma

compreensão e avaliação mais profunda do documento. Observa-se na nova edição como “Codificou-se todo sistema de estudos numa série de regras relativas aos administradores, professores e estudantes” (FRANCA, 2019, p. 23), aproximado da edição definitiva de 1599; porém a prolixidade continuava a ser o ponto mais criticado. De forma a eliminá-la, as normas foram reduzidas quase pela metade, podendo assim Acquaviva concluir a tarefa que deu início no começo de seu governo. Para o mesmo autor, “em janeiro de 1599 uma circular comunicava a todas as províncias a edição definitiva do *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*. Já não era a comunicação de um projeto de estudos, mas a promulgação de uma lei.” (FRANCA, 2019, p. 24)

Em suma, o *Ratio Studiorum*, que levou meio século para ser produzido, é fruto de uma longa e extensa ação intelectual que com rigor formou o documento educacional mais completo do mundo moderno, por contemplar áreas que eram/são essenciais para o desenvolvimento humano e a formação de um indivíduo letrado capaz de compreender o mundo e as necessidades à sua volta.

2 MÉTODO E ESSÊNCIA DO RATIO

O *Ratio Studiorum* é caracterizado a partir de uma série de regras e normas referentes a aplicação de provas e conduta conforme sua ação dentro do Colégio, para melhor regulamentar o ensino. Retoma a herança do *Modus Parisiensis* de organização de ensino visto que é “típico do *Modus Parisiensis* a definição de funções das distintas autoridades. Regras e mais regras detalhavam as atribuições de cada um dos responsáveis e o modo de cumpri-las.” (1968 apud STORCK, 2015, p.144).

Se, dentro da pedagogia jesuítica, a formação e comprometimento do professor são essenciais ao mecanismo de ensino, o provincial¹ carrega em sua primeira regra e a primeira do documento, os objetivos dos estudos:

Objetivo dos estudos na Companhia. Como um dos ministérios mais importantes da nossa companhia é ensinar ao próximo todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levá-lo ao conhecimento e amor do Criador e Redentor nosso, tenha o Provincial como dever de zelar com todo empenho para que aos nossos esforços tão multiformes no campo escolar correspondam plenamente o fruto que exige a graça da nossa vocação. (FRANCA, 2019, p. 91)

É possível notar que é retomada uma das principais ideias expostas na Quarta parte das Constituições: "O fim que a Companhia tem diretamente em vista é ajudar as almas próprias e

¹ O Provincial ou Superior é aquele responsável pela organização e em manter o espírito da Companhia dentro da Província a qual ele é responsável.

as do próximo a atingir o fim último para o qual foram criadas.” (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 115) e para isso faz uso do meio de ensino que “devem-se procurar os graus de instrução e o modo de utilizá-la para melhor conhecer e servir a Deus nosso Criador e Senhor” (CONSTITUIÇÕES, 2004, p. 115).

Contudo, a ideia só toma forma a partir da ação pedagógica em que ela deve ser inserida e, para isso, o *Ratio Studiorum* nas Regras comuns a todos os professores das faculdades superiores deixa claro que a:

Finalidade. O fim especial do professor, tanto nas aulas, quando se oferecer a ocasião, como fora delas, será mover os ouvintes ao serviço e ao amor de Deus e ao exercício das virtudes que lhe são agradáveis, e alcançar que para este objetivo orientem todos os seus estudos. (FRANCA, 2019, p. 111)

Portanto, fica evidente a centralidade de Deus no ensino. Esse aspecto não ignora a importância dos estudos de humanidades clássicas, mas o ressalta a ponto de poder dialogar e formar argumentação de ordem filosófica, teológica, literária, científica (no que condiz com Ciências da Natureza) e histórica para melhor compreender a realidade de uma participação e/ou comunicação com a dimensão divina e salvífica de Deus, dentro da Cosmologia Cristã. De acordo com a ordem social na qual encontra-se uma Europa no meio da divisão da cristandade, causada pela Reforma Protestante.

Pode-se observar que os professores tiveram uma atenção nunca antes vista no documento pedagógico jesuítico pois, para além das regras de conduta, era-lhes exigido alto grau de formação que “prescrevia que os professores de Filosofia e de Teologia fossem escolhidos de entre os mais hábeis nos estudos humanísticos” (MIRANDA, 2006, p. 108). Com isso é possível notar uma atenção especial à formação intelectual daqueles que iriam ministrar as aulas, ou seja, deveriam ser verdadeiramente mestres do saber.

O *Ratio* possuía um currículo interdisciplinar que possibilitava adquirir alto grau de eloquência e erudição, uma vez que:

“Destinado a formar clérigos e leigos (e não apenas os novos jesuítas), o programa escolar eleito era um programa interdisciplinar. Aliava o tradicional ensino de Aristóteles e da teologia tomista ao saber humanístico das mais modernas tendências europeias” (MIRANDA, 2011, p. 479)

Observa-se que, por se um sistema escolar provado no tempo, pendurou duzentos anos de ensino e que a sua “existência se deveu a uma reflexão prévia que acompanhou 50 anos de experiência, em todas as províncias” (MIRANDA, 2006, p. 105). A autora o considera um formador eficiente de intelectuais dos mais variados nomes na Europa Moderna.

Verifica-se que esse sistema formador da Europa Moderna, humanista, necessitou proceder de metodologias e aplicações notáveis, extraídas das melhores linhas pedagógicas existentes.

Os Jesuítas não negaram a herança que lhes foi confiada. Souberam utilizar de diferentes meios para seus fins educacionais e adaptar, em seu currículo rigoroso e de grande valor intelectual, a culturalidade em que estavam inseridos. Buscaram, na tradição europeia, o modo de proceder sua atividade de ensino, utilizando do Teatro, da Preleção, Exercícios de memória, formação religiosa, Ditado, Disputas, Repetições, Lições de Casa e Públicas, Sabatinas, Exercícios na aula, textos e livros selecionados e indicados minuciosamente.

Todas essas ações foram aplicadas em todos os Colégios da Companhia, espalhadas ao redor do mundo conhecido, sem que houvesse distinção de local e adaptando-as à realidade e à cultura presente, porém sem perder a essência do *Ratio*, seguido com profunda harmonia e conservada sua raiz pelo Reitor do Colégio e o Prefeito de Estudos.

Tal preocupação pode ser pensada como os primórdios de uma Educação Interdisciplinar e Multicultural, tão discutidas na atualidade?

Até nas Colônias Europeias como no caso da América Portuguesa - Brasil - conservou-se tal ideal pedagógico humanista de formar o homem nas Letras Clássicas, visto que na

Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do Brasil vê-se que os padres da Companhia aqui chegaram sem nenhum propósito de desenvolver entre os caboclos atividades técnicas ou artísticas; e sim as literárias e acadêmicas. (FREYRE, 2006, p. 216).

Portanto, apesar de sua aplicação em localidades das mais diversas possíveis, era mantida a sua essência pedagógica alinhada à necessidade iminente do território, estabelecendo como “essência” aquilo que é mais próprio ou pessoal de algo. No caso do *Ratio Studiorum* a busca pela finalidade humana, já citada: a formação de um Homem enquanto participante da causa divina – Cosmovisão Cristã – e humanista com a finalidade de favorecer as condições de Fé e da Razão.

Em relação ao Teatro Jesuítico é importante ressaltar que, antes de ganhar a Europa com suas representações marcantes e renovação no campo cênico, foi utilizado como meio de instrução eficaz aos estudantes, “uma das razões de ser do teatro dos jesuítas dos primórdios era efetivamente o ensino da palavra, o que fazia da actividade teatral o exercício por excelência” (MIRANDA, 2006, p. 393), pois para os jesuítas não havia tempo perdido ou

desperdiçado e, a todo momento desenvolviam atividades adequadas à formação e instrução, seja durante seu descanso ou lazer.

O Desenvolvimento dessa arte estava previsto no próprio Ratio observando, “*Tragoediarum et Comoediarum, quas nisi latinas ac rarissimas esse oportet, argumentum sacrum sit et piuum: neque quidquam actibus irterponantur, quod non latinum sit ac decorum: neque persona ulla muliebris vel habitus introducatur.*” (1599 apud MIRANDA, 2006, p. 392)²

Enfim, o próprio Inácio de Loyola qualificava o teatro como algo benéfico para a formação dos jovens. São vastas as vantagens anunciadas dessa metodologia, como; “fortalecem a memória, educam a voz, apuram a dicção, aprimoram os gestos e as atitudes, inspiram a confiança e o domínio de si e habituam os jovens a enfrentar o olhar das assembleias” (1730 apud FRANCA, 2019, p. 68).

O documento pedagógico jesuítico prescrevia a obrigatoriedade de alguns livros e a recomendação de outros. Um desses livros de uso obrigatório no Colégio era o *De Institutione Grammatica Libri Tres*, do jesuíta Manuel Álvares, para as aulas de Gramática. Tais aulas estavam prescritas, de forma incisiva, na Regra vinte e três do Provincial: “Cuide que os nossos professores adotem gramática do Pe. Manuel Álvares” (FRANCA, 2019, p. 98). Como exemplo de livro amplamente recomendado, mas não de uso obrigatório cita-se o *De Arte Rhetorica Libri Tres ex Aristóteles, Cicerone et Quintiliano praecipue deprompti*, obra de Cipriano Soares, para aulas de Retórica e Humanidades – prescrita nas Regras um, dois e oito do Professor de Humanidades.

Os Exercícios de Memorização, apontados nas Regras comuns aos professores das classes inferiores, número dezenove, descreve que os alunos recitem de cor as lições aprendidas e aos sábados devem recitar, igualmente de cor, em público, o que foi aprendido ao longo da semana, sempre com premiações. Contudo, os exercícios não são simples memorização de fórmulas ou regras, mas um exercício próprio da memória a fim de enriquecer o conhecimento. “Memoriza viciosamente quem substitui a memória à atividade da inteligência e da razão; quem decora a descrição de um aparelho em lugar de observá-lo e referir o que observou” (FRANCA, 2019, p. 57). Ou seja, memorizar não implicava na simples atividade de decorar e sim na ação de assimilação do conteúdo de forma racional a modo de identificar e comunicar as observações vistas e realizadas ao longo das aulas aplicadas.

² Tradução: Tragédia e comédia, que convém sejam raras e só em latim, deve ser sagrado e piedoso: nada deve haver nos entreatos que não sejam em latim e conveniente. Personagem e hábitos femininos são proibidos

A Preleção estava prevista nas Regras comuns aos professores das classes inferiores, número vinte sete e, como o nome já sugere, é uma lição antecipada. O *Ratio* indica que nela só se explicam os autores antigos. A aplicação consistia, primeiro, na leitura do professor para a sala de um trecho do texto escolhido e, logo após na exposição dos argumentos, de maneira breve, conectando com a matéria que se seguirá posteriormente, ou seja, ler cada período e realizar a explicação em Latim ou vernáculo. No caso de vernáculo buscava conservar ao máximo a ordem da colocação e o ritmo das palavras; caso não fosse possível; deveria traduzir palavra por palavra e, posteriormente, traduzi-lo novamente segundo exigia a gramática da língua vernácula.

Portanto, a utilização de tantos métodos não é mera formação de erudição, mas é antes de tudo, um rigor e dedicação ao ímpeto de educar considerando as demandas específicas que o exigem bem como a atividade intelectual necessária para sua constituição.

Observa-se que os Jesuítas foram os grandes construtores da educação europeia na modernidade renascentista, já mencionados como grandes guardiões da tradição educacional. Souberam manifestar utilizando de maneira excelente e prática “os paradigmas heleno, romano e judaico-cristão são precisamente os que vamos encontrar a presidir a esse vasto plano de estudos nascido no seio do Humanismo cristão e lentamente elaborado pelos Jesuítas” (MIRANDA, 2001, p. 88). Paradigmas que se notabilizaram por fundamentarem a cultura ocidental, transmitidas além-mar, como na outrora em Pindorama – chamada atualmente de Brasil – pois,

Sem os jesuítas a nossa história colonial não seria outra coisa senão uma cadeia de atrocidades sem nome, de massacres como os das Reduções; o país seria cortado de estradas, como as que iam do coração da África aos mercados das costas, por onde só passavam as longas filas de escravos (1900 apud FREYRE, 2006, p. 219).

Em suma, é possível considerar um valor perene do documento que perdurou de forma aplicável de 1599 até o ano da supressão da Companhia, em 1773, e que influenciou a pedagogia ocidental e todo o cosmo que habita em torno da educação.

Em suma, o *Ratio Studiorum* possibilitou a aplicação em escala global da Educação Clássica e de seus autores, que foi longamente geminado na Europa desde a Idade Média Central.

3 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma notória é possível verificar que a educação Jesuítica habita em um cosmo perceptível dentro de uma narrativa histórica, possibilitando observar sua herança e sua continuidade. Não bastava aos jesuítas a aplicação de uma simples catequese, mas era necessário formar o indivíduo dentro das humanidades, ensinando-o para além da doutrina Cristã, trazendo autores como Cícero e Quintiliano e poesia de Virgílio e Horácio. Herança prescrita refere-se a Tradição Europeia, amplamente citada, que advém de períodos formadores da cultura Ocidental como, os Gregos, o mundo Romano e a Idade Média.

Cabe aqui ressaltar as diversas realidades territoriais, culturais e temporais desse período, referindo-se especificamente ao cosmo Cristão – tendo como especificidade a Igreja Católica Apostólica Romana. Tal amplitude de culturalidades influenciaram a formação da Educação Jesuítica, acrescentando a realidade histórica a qual está inserida, que se utilizou do que tinha de melhor durante o “Renascimento Europeu”.

As continuidades cabem ao Humanismo, que surgia na Europa de forma intensa a modo de resgatar ou regressar a cultura helênica/romana e que a própria historiografia da época se autodenominou renascentista – valendo lembrar que tais valores já estavam sendo resgatados desde a Idade Média Central, pois localizavam-se guardados e fechados nos grandes mosteiros medievais. Com isso, um ímpeto de retomar seja na educação ou nas artes a estética do mundo Clássico, Inácio e os Jesuítas observaram e viram uma “mina de ouro” educacional. Após o fim da Companhia muitas das metodologias continuaram a ser usadas de modo separadas ou juntas, mas sem a essência da *Ratio Studiorum* somente sua prática.

Os Colégios da Companhia de Jesus produziram grandes nomes da Literatura Moderna, como: Miguel de Cervantes, Lope Vega, Calderón, Tasso, Alfieri, Vico, Muratori, Goldini, Segneri, Bartoli, Gregório de Matos, Rocha Pita, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, Caldas Barbosa, Basílio da Gama, Antônio Vieira, Bernardes, Francisco Manuel de Melo, Jacinto Freire Andrade, Correia Garção, Montesquieu, Voltaire, Corneille, Molière, Bossuet, Fontenelle e Melesherbes. Apesar das inúmeras acusações de causar atrasos à educação europeia, o *Ratio Studiorum* responde com seus próprios “frutos” de ensino.

Com isso, transcrever o documento final de 1599 e sua história de maneira “breve” seria um reducionismo. Sendo assim, o recurso real empregado foi o de selecionar os principais aspectos desse extenso documento e de sua metodologia e comentá-lo à luz de uma narrativa clara e breve, possibilitando fugir de uma simples redução ou resumo do que foi/é o *Ratio Studiorum*, enquanto figura de prática de ensino e enquanto determinação histórica.

Conclui-se que sua extensa contribuição pedagógica foi de total importância para a formação da cultura europeia dos séculos XVI, XVII e XVIII – verifica-se que ao citar a Europa inclui-se as colônias além-mar, como o caso do Brasil, que era uma extensão do território português – e para a História da Educação, enquanto documento e enquanto prática de ensino.

Os professores tinham, não somente a atividade docente como um trabalho, mas como uma continuidade de sua vocação sacerdotal, ou seja, de doação de si mesmos totalmente à vontade de Deus. A prática exercida lhes possibilitava tanto uma entrega de corpo e alma à prática exercida quanto ao seguimento das inúmeras regras propostas, não de maneira mecânica, ou seja, fazendo com que os estudantes se cansassem de sua própria prática, mas de maneira eloquente e de intenso desejo de educar e levá-los à Verdade Suprema, perene, quer seja através das Humanidades ou das Ciências Naturais. Parafrazeando Miranda (2001), os jesuítas participaram de todo dinamismo que fundou a Europa Moderna, como grandes promotores do encontro de culturas, mas também enquanto missionários, arquitetos, pregadores, astrólogos, humanistas, físicos, pedagogos, cientistas, poetas e matemáticos.

Conclui-se refletindo a importância de resgatar e de valorizar a história educacional que se fez presente no Brasil colonial, o qual buscou formar o homem integralmente dentro de suas especificidades. Nota-se que esse segmento educacional teve seu rompimento com as reformas pombalinas e a extinção da Companhia de Jesus por Clemente XIV.

4 REFERÊNCIAS

- Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares. 2004. Edições Loyola. Franca, Pe. Leonel. 2019. O método pedagógico dos Jesuítas: O Ratio Studiorum. Kírion.
- Freyre, Gilberto. 2006. Casa-Grande e Senzala. Global Editora.
- Lippert, Pedro. 2021. Psicologia dos Jesuítas. Editora CDB.
- Melo, Thalita dos Santos Banzatti de. 2020. Ratio Studiorum: Uma revisão bibliográfica. Revista Humanidades em Perspectiva; v. 2, n. 5.
- Mesquida, Peri. 2013. Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, à luz do Ratio Studiorum. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48.
- Miranda, Margarida. 1996. Uma ‘Paideia’ Humanística: A importância dos estudos literários na pedagogia jesuítica do séc. XVI. Humanitas – Vol. XLVIII.
- Miranda, Margarida. 2001. Humanismo Jesuítico e Identidade da Europa uma ‘comunidade pedagógica europeia’. Humanitas – Vol. LIII.

- Miranda, Margarida. 2006. A Ratio Studiorum e os Estudos Humanísticos III: Latim culto e Latim Bárbaro. Boletim de Estudos Clássicos - 45.
- Miranda, Margarida. 2006. Teatralidade e Linguagem cénica no teatro jesuítico em Portugal (XVI). Humanitas 58.
- Miranda, Margarida. 2011. A Ratio Studiorum e o desenvolvimento de uma cultura escolar na Europa Moderna. Humanitas 63.
- Neto, Alexandre Shigunov; Maciel, Lizete Shizue Bomura; Lapolli, Edis Mafra. 2012. O Professor e as propostas educacionais do Ratio Studiorum. Educere. Artículos arbitrados.
- Paiva, José Maria de. 2015. Estado e educação. A Companhia de Jesus: Brasil, 1549 -1600. Rev. Bras. hist. educ., Maringá – PR, v. 15, n. 2(38).
- Puentes, Roberto Valdés. 2010. A instrumentalidade cultural da didática jesuítica: uma análise do Ratio Studiorum. Caderno de História da Educação – v. 9, n.2.
- Rosa, Teresa Maria R. da F. 2015. Monumenta Histórica: O ensino e a Companhia de Jesus (século XVI a XVIII). Volume 1 (1540 – 1580). Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da Silva. 2010. Bahia, a corte da América. Companhia Editora Nacional.
- Storck, João Batista. 2016. Do Modus Parisiensis ao Ratio Studiorum: Os Jesuítas e a Educação humanista no início da Idade Moderna. Hist. Educ. [online] – Porto Alegre – v. 20, n. 48.